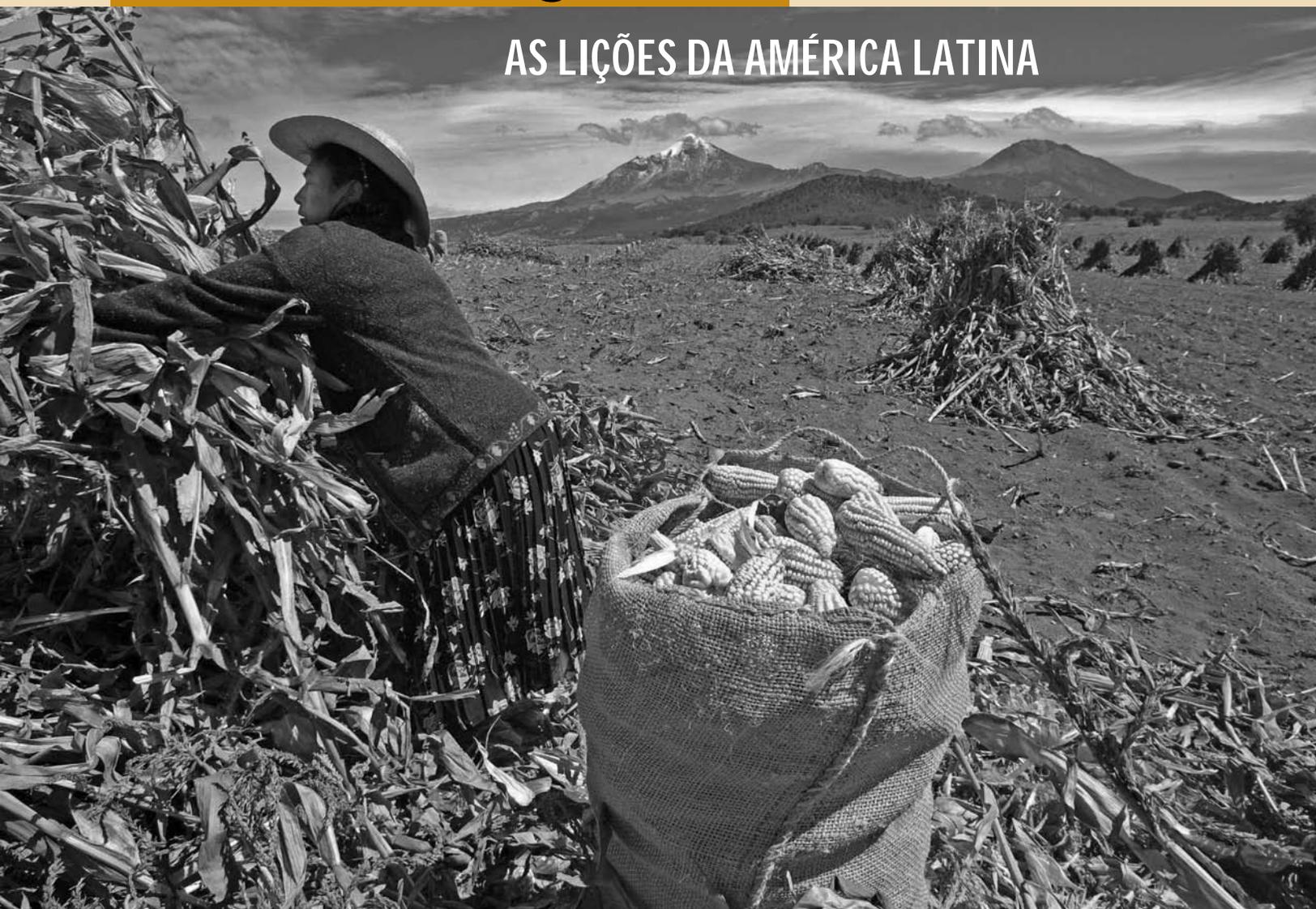


# Promessas e Perigos da **Liberalização do Comércio Agrícola**

AS LIÇÕES DA AMÉRICA LATINA



**Mamerto Pérez, Sergio Schlesinger e Timothy A. Wise,  
com o Grupo de Trabalho sobre o Meio Ambiente e o  
Desenvolvimento nas Américas**

Global Development and Environment Institute, Tufts University  
Medford, MA 02155  
[www.gdae.org](http://www.gdae.org)

Para o informe completo, visite:  
<http://www.ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/AgricWGReportJuly08.pdf>

# Sumário Executivo

**A** América Latina foi a região do mundo que realizou as reformas mais profundas em suas políticas comerciais. Seguindo o assim chamado Consenso de Washington, sucessivos governos colocaram em prática políticas de ampla abertura de suas economias aos produtos importados e aos capitais internacionais, especulativos ou não. Estas políticas causaram fortes impactos sobre as atividades agrícolas da região. O aumento expressivo das exportações de produtos agropecuários é, em geral, valorizado por seus defensores. Mas o que tem isso a ver com o desenvolvimento rural sustentável?

É esta a pergunta que nosso estudo busca responder. Com base em estudos detalhados elaborados por um seleto grupo de estudiosos latino-americanos e norte-americanos, este texto examina as promessas da liberalização do comércio agrícola dos países em desenvolvimento – através do crescimento econômico estimulado pelo aumento das exportações – e seus perigos, a começar pelas perdas da agricultura familiar decorrentes da inundação dos mercados domésticos por importações de produtos agrícolas mais baratos. Os coordenadores deste projeto, Mamerto Pérez, da Bolívia, Sergio Schlesinger, do Brasil e Timothy A. Wise, dos Estados Unidos, concluem que as promessas de crescimento através do aumento das exportações agropecuárias são exageradas, enquanto os perigos para os agricultores familiares, ao contrário, são bastante reais.

Este documento, produzido pelo Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente nas Américas, um projeto do Instituto para o Desenvolvimento Global e Meio Ambiente (GDAE) da Universidade de Tufts, é baseado em alguns estudos de casos sobre os impactos da liberalização e outras políticas afins, em alguns países selecionados. Para avaliar as promessas das exportações agrícolas, examinamos o crescimento explosivo da produção de soja na América Latina através de estudos sobre o Brasil, Argentina e Bolívia. Para analisar os impactos sobre os agricultores familiares, o projeto patrocinou estudos de casos em El Salvador, na Bolívia e no Brasil. Finalmente, um estudo sobre o México após quatorze anos sob o NAFTA avalia a expansão do setor agroexportador e os impactos da elevação das importações sobre a agricultura familiar.

Para o caso do Brasil, foram realizados dois estudos no âmbito deste projeto. Em um deles, Nelson Delgado historia e analisa a liberalização comercial e financeira no Brasil, posta em prática a partir do final da década de 1980. Demonstra que, ao mesmo tempo em que o agronegócio exportador é especialmente estimulado pela abertura, a agricultura familiar sofre os impactos negativos nos anos que se seguem, destacando o declínio da área total cultivada e a acentuada queda dos preços dos alimentos por ela produzidos, destinados, em sua maior parte, ao abastecimento do mercado doméstico.

Delgado conclui que o Brasil precisa rever seu modelo de desenvolvimento agrícola, que promove a exportação de *commodities* – em particular soja e milho – e a monocultura, até mesmo para a agricultura familiar. E que o futuro do setor vai depender, de forma significativa, da relação que se estabeleça entre agricultura familiar e agronegócio e da influência relativa que seus representantes venham a ter sobre a formulação da política governamental, especialmente no que se refere às negociações comerciais internacionais.

Complementando a análise sobre o caso brasileiro, Sergio Schlesinger analisa o principal produto do agronegócio do país, a soja, e os vínculos entre a liberalização comercial e financeira e o impulso que elas representaram para este segmento. Aponta que a liberalização estimulou o ingresso no país das maiores empresas globais de alimentos, através de facilidades criadas para importação de insumos e equipamentos, para a livre circulação do capital e outras, como o acesso facilitado aos recursos

naturais, como terra e água. Estas empresas exercem hoje amplo domínio sobre toda a cadeia agroalimentar brasileira.

O autor observa que o governo deve promover a agricultura familiar e as pequenas e médias indústrias agrícolas, que geram renda para a população rural, e não mais os grandes fazendeiros e seus parceiros da agroindústria. A chave desta estratégia é o controle rigoroso da expansão da soja (e de outros grandes monocultivos, como a cana-de-açúcar), para evitar danos permanentes ao bem mais precioso do país – a sua terra.

## Conclusões gerais

O estudo apresenta seis conclusões de caráter geral, com foco sobre a agricultura familiar:

### **1. A agricultura e o desenvolvimento rural seguem sendo economicamente importantes.**

Mais de 20% da população latino-americana ainda vive no campo, aí incluída ampla parcela dos pobres da região, com aproximadamente 58 milhões de residentes rurais abaixo da linha de pobreza (US\$ 2 por dia), representando 46% da população rural. O desenvolvimento rural é essencial para reduzir a pobreza.

### **2. A agricultura de exportação não é, em si mesma, motor confiável do verdadeiro desenvolvimento, que deve traduzir-se em benefícios para esta população rural.**

A agroindústria da soja na América do Sul beneficiou-se, sem dúvida, da liberalização comercial e financeira, mas muito pouco destes benefícios chega às comunidades rurais. Baseada em capital intensivo, a agroindústria fundada na monocultura reduziu o emprego e os salários no campo, apesar da produção crescente. Os danos ecológicos causados por esta expansão dos monocultivos, por sua vez, são em muitos casos irreparáveis.

**3. A agricultura familiar pode tornar-se mais produtiva, estimular o desenvolvimento rural integrado e reduzir a pobreza.** Com o direcionamento apropriado do investimento governamental, ela pode aumentar sua produtividade, atendendo às necessidades alimentares domésticas essenciais.

**4. O Estado deve desempenhar papel ativo que priorize a produtividade, ao invés dos atuais programas anti-pobreza.** A retirada do apoio do governo à agricultura familiar, dando lugar aos programas anti-pobreza, atribui às comunidades rurais o papel de simples receptoras de recursos, e não mais o de produtoras de alimentos essenciais. O setor privado não aportará os investimentos necessários, que cabem ao setor público.

**5. É fundamental reconhecer, enfatizar e recompensar o papel da agricultura familiar na preservação do meio ambiente rural.** O mercado desregulado não consegue identificar esta contribuição da agricultura familiar para a preservação do meio ambiente. A política do governo precisa recompensar estes serviços ambientais essenciais – diversidade de sementes, renovação das águas, preservação do solo, seqüestro de carbono, conservação da biodiversidade, etc.

**6. Os agricultores familiares precisam de apoio do governo e de organização para que se beneficiem das novas exigências de nichos de mercados e do crescimento do segmento dos supermercados.** A economia globalizada oferece oportunidades para a agricultura familiar, mas esta precisa de apoio governamental e de organização para aproveitar as oportunidades. Os supermercados e outros compradores exigem volume, padronização e regularidade nas entregas. Tais exigências colocam estes agricultores em desvantagem em relação às grandes empresas agrícolas.

Essas conclusões são compatíveis com muitas daquelas constantes no Relatório de 2008 sobre o Desenvolvimento do Mundo, Agricultura para o Desenvolvimento, publicado pelo Banco Mundial. O documento reafirma a importância da agricultura para o desenvolvimento econômico, em particular para as economias menos desenvolvidas, baseadas na agricultura, como as da África Subsaariana, mas também para o que o relatório chama de economias "de urbanização" de regiões como a América Latina. Chama atenção para a importância da agricultura familiar na redução da pobreza: "melhorar a produtividade, rentabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar é o melhor caminho para sair da pobreza e utilizar a agricultura como veículo do desenvolvimento."

## Outras Recomendações

Infelizmente, o relatório do Banco Mundial segue pregando a liberalização da agricultura, assumido uma posição que, a nosso ver, vai em direção contrária à destes objetivos. Os estudos de nosso projeto demonstram que o desenvolvimento rural sustentável e a redução da pobreza na América Latina são inviáveis em um ambiente de liberalização indiscriminada. A América Latina precisa, acima de tudo, adotar políticas seletivas e cuidadosas de comércio internacional, particularmente para a agricultura.

As recomendações da reforma política incluem:

### Política Comercial:

- Os países em desenvolvimento devem preservar o direito de regular suas importações e exportações.
- Estes países não podem ter restringida sua capacidade de apoiar o desenvolvimento da indústria nacional.
- É mais importante negociar a retirada da escalada tarifária sobre produtos agrícolas processados, como o café, do que a remoção de barreiras aos produtos primários.
- Devem ser adotadas medidas antitruste e critérios de desempenho que limitem o poder de mercado indevido das empresas transnacionais que atuam no setor agrícola.
- É preciso proteger os direitos dos agricultores às sementes de regimes restritivos de propriedade intelectual, como aqueles que constam em acordos comerciais recentes com os Estados Unidos.

### Agricultura de Exportação e o *Boom* de Soja na América do Sul:

- Estabelecer políticas de controle sobre o modelo predador de cultivo da soja.
- O princípio da precaução deve prevalecer quando da adoção de novas tecnologias agrícolas, inclusive sementes geneticamente modificadas.
- Promover a integração regional, não somente em infra-estrutura, mas sobretudo em padrões e políticas, inclusive aqueles relativos a investidores estrangeiros.
- Adotar políticas que favoreçam a agricultura familiar, programas de reforma agrária e outros que promovam a diversificação de culturas.
- Estimular o desenvolvimento de indústrias de processamento domésticas que adicionem valor à produção primária.
- Redirecionar a pesquisa e o desenvolvimento para a produção sustentável da agricultura familiar.

Esperamos que este relatório e nosso projeto possam contribuir para uma nova visão sobre a América Latina, que reconheça as limitadas promessas e os verdadeiros perigos da liberalização comercial agrícola para os países em desenvolvimento.